ANTI CAPITA LISTA

GOVERNO DO PS

O BLOCO FACE AO

P.03

MÊS DE GREVE E MANIFESTAÇÕES FEMINISTAS P05

O CONCEITO DE SOCIALISMO DE BERNIE SANDERS

P.06 - 07

N.º 26 (SÉRIE II) - MARÇO 2020

O MUNDO DENTIRO DE UM VIRUS CORONAVIRUS

EDITORIAL

SABER PARA ONDE SE VAI

A vitória que abriu o caminho parlamentar para a aprovação da lei da morte assistida tem vários ensinamentos. O primeiro é o mais importante, a persistência vale e, sobretudo quando se ganha a batalha na opinião pública, é possível derrubar os obstáculos institucionais a um progresso nos direitos sociais. Há vários anos, o Bloco aprovou em Convenção a proposta de despenalização da eutanásia; há dois anos essa proposta foi derrotada no parlamento por cinco votos; mas agora ganhou por quarenta votos de diferença e a sondagem publicada no dia seguinte indica uma vantagem de 71% contra 18% na aprovação popular. A segunda lição é que, como sempre, é preciso constituir uma aliança para impor a transformação legal. Neste caso, como no da paridade entre homens e mulheres ou no da primeira discussão da adopção por casais do mesmo sexo, essa aliança foi estabelecida entre a esquerda e o PS, e uma parte do PSD, contra a aliança conservadora da maioria do PSD, do CDS e do PCP. Noutras questões sociais a aliança parlamentar terá outras configurações. Fazer alianças é a forma de constituir maiorias para decisões, ou de deslocar a percepção nacional sobre problemas sociais.

Esta questão das alianças tem sido discutida pelo Bloco desde a sua fundação. Em alguns casos, procuramos estabelecer ou impor contratos que dessem garantias à população: foi assim que assinamos um acordo com o PS em 2015, e esse acordo permitiu rejeitar por exemplo a tentativa do governo reduzir a TSU patronal, além de ter assegurado recuperações salariais e de pensões, ou o aumento do salário mínimo, ou de ter impedido privatizações. Quando, na sequência das eleições de 2019, o PS se recusou a fazer um novo acordo, afirmando a recusa de cooperação com a esquerda, o Bloco ficou definido como o pilar da resis-

tência a medidas socialmente erradas e de propostas de alternativas, como na energia, na habitação ou nas leis laborais. Mesmo perante a recusa inicial do governo, a capacidade do Bloco impor um novo programa para recuperar o SNS, no quadro do Orçamento para 2020, demonstra a sua força. Como é argumentado no artigo de Carlos Santos, este novo contexto político reforça a exigência de desenvolver mobilizações populares e a necessidade de as exprimir em vitórias que forcem a aprovação de reivindicações populares.O Bloco tem sempre que saber para onde vai e onde estão as suas prioridades, que são o combate às políticas com que o centro facilita medidas de direita.

Uma dimensão diferente dessa disputa política é a ação parlamentar. Notamos, nesse contexto, que uma corrente interna se mostrou indignada pelo facto de o Bloco ter aprovado a exigência de divulgação de todas as transferências públicas para fundações e instituições privadas. O argumento foi que essa proposta, mesmo que correta, devia ter sido rejeitada por ter sido apresentada pelo Chega. A partir dagui, essa corrente montou um curioso argumento, segundo o qual o Bloco cede ao fascismo. Anti-fascistas coerentes contra incoerentes, é um filme que já vimos, uma fabricação que tem longa tradição e o intuito de proibir qualquer conversa. É a fina flor do sectarismo. Na verdade, a dramatização de diferenças tão pouco relevantes como esta, se é mesmo que existe qualquer divergência nesta matéria (será que alguém no Bloco quereria manter escondidos os valores pagos pelo Estado a fundações privadas?), é simplesmente uma linguagem instrumental para criar trincheiras, onde vale tudo. Ao arrepio deste tipo de discurso, recusamos o sectarismo e afirmamos que o Bloco tem desenvolvido o combate anti-fascista e anti--racista mais consequente e que é também por isso que cresce o seu apoio popular.

Esta é uma publicação da **Rede Anticapitalista**, em que se juntam militantes do **Bloco de Esquerda** que se empenham nas lutas sociais e no ativismo de base.

ÍNDICE

Editorial

Saber para onde se vai

Ativismo

Desenvolver a luta social no atual ciclo político

4 Internacional

Coronavírus: a culpa é dos chineses?

Ativismo

Greve Feminista

6-7 Movimentos

Can you feel the Bern?

R Leituras

Os Donos Angolanos de Portugal, Jorge Costa João Teixeira Lopes e Francisco Louçã

R Acontece

Greve e manifestações feministas no 8 de Março

Ficha Técnica

Conselho Editorial

Ana Bárbara Pedrosa Andrea Peniche Beatriz Simões Hugo Monteiro Mafalda Escada Rodrigo Rivera Tatiana Moutinho

Design

Helena Borges

Participaram nesta edição

Ana Bárbara Pedrosa
Andreia Quartau
Carlos Santos
Catherine Boutaud (ilustração da capa)
Francisco Louçã
Izaura Solipa
Mafalda Escada
Nuno Veludo
Rodrigo Rivera

Imagem da Capa

Catherine Boutaud

Depósito Legal

441931/18

Contactos

email redeanticapitalista@gmail.com facebook.com/redeanticapitalista web www.redeanticapitalista.net

DESENVOLVER A LUTA SOCIAL NO ATUAL CICLO POLÍTICO

CARLOS SANTOS

A aprovação dos diferentes projetos de descriminalização da eutanásia no dia 20 de fevereiro, no parlamento, sublinha mais uma vez a importância da luta pelos direitos e o papel que o Bloco tem desempenhado nessa luta em Portugal. Esta batalha, lembranos João Semedo e o seu exemplo nessa luta e também na defesa do Serviço Nacional de Saúde. Esta aprovação ajuda também a compreender o novo quadro político existente em Portugal e as potencialidades que o Bloco tem pela frente.

A mudança de ciclo político deu-se com as eleições legislativas de 6 de outubro de 2019 e consolidou-se com a evolução política que se lhe seguiu e com a recente aprovação do Orçamento do Estado 2020. O Bloco já começou a enfrentar esse novo quadro e fêlo com um caminho justo, na minha opinião.

Neste novo ciclo, o PS e o governo procuram sobretudo cumprir as exigências austeritárias da UE, como mostra a preocupação com o excedente orçamental, e procuram também escapar da pressão da esquerda, em particular do Bloco.

No debate do OE 2020, as reivindicações levantadas pelo Bloco foram importantes e acabaram por revelar os acordos finais feitos pelo PS com CDS, PAN, PCP e Joacine Katar Moreira, que impediram a aprovação da baixa do IVA da eletricidade. Foi correta a abstenção no OE e a luta por conseguir algumas medidas positivas, nomeadamente no SNS, assim como foi correto aprovar outras medidas contra a posição do governo e do PS e que poderia mesmo ter chegado à descida do IVA da energia, não fora o referido acordo.

Há quem defenda que o Bloco devia ter votado contra o OE 2020 - seria o maior disparate político, com graves consequências. Como compreender que o Bloco, que tinha tido um papel chave na "geringonça" dos últimos quatro anos, votasse agora contra o primeiro orçamento da nova legislatura apresentado pelo governo do PS, partido que há apenas quatro meses obteve 36,34% dos votos e elegeu 108 deputados? O Bloco votar contra este OE seria embarcar numa velha prática da esquerda dos anos 70, que usava frases fortes, mas acabava por abandonar a disputa da relação de forças ao bloco central. A prática do Bloco, nomeadamente a dos últimos cinco anos, também representa uma rutura com essa nefasta tradição dos anos 70.

O governo do PS vai prosseguir a sua política e, naturalmente, afastar-se ainda mais da esquerda. Por exemplo, no SNS é muito provável que o PS retroceda em relação à lei de bases e volte às PPP, como indicia a recente decisão governamental, em relação ao hospital de Cascais. Prosseguir a luta pelo SNS, exigindo a concretização da lei de bases e do que foi conquistado no OE 2020 é essencial para a continuação da luta pelo reforço da esquerda e pela afirmação do

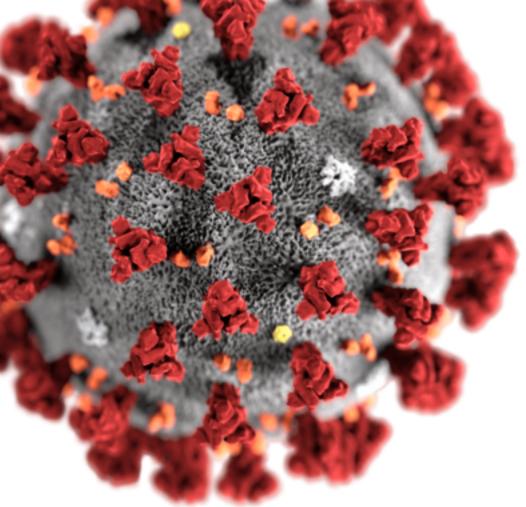
No próximo período político, a luta por

novas conquistas é indispensável e vai exigir maior ação de massas. Em particular, a destroikização da legislação laboral e o combate por novas conquistas laborais precisa de mais mobilizações, amplas e solidárias. Neste terreno é igualmente necessário continuar a inovar nas reivindicações, prosseguindo o combate ao anguilosamento de que muitas vezes padecem alguns movimentos e também reforçar o combate ao sectarismo. É igualmente crucial a multiplicação de ações contra as alterações climáticas, assim como as ações contra o machismo e a violência contra as mulheres e o combate ao racismo e a defesa da democracia. Nestas diferentes frentes, o papel do Bloco de Esquerda é vital, trazendo transformação e inovação à luta social.

O Bloco luta pelo reforço da esquerda na relação de forças e isso hoje passa pela luta pelos direitos individuais, sociais e ambientais, no parlamento e fora dele, como demonstra o trabalho pela despenalização da eutanásia, para voltar ao exemplo inicial. Exige que se prossiga a iniciativa parlamentar e continuar aí o confronto com o PS, com o governo e a direita; passa, enfim, pelo combate por aquilo que só com a luta de massas poderá ser alcançado, como viragens positivas nas relações de trabalho ou novas conquistas sociais e ambientais.

Carlos Santos é redactor do Esquerda.net.





INTERNACIONAL

CORONAVÍRUS: A CULPA É DOS CHINESES?

A SAÚDE É UM DIREITO, NÃO É UMA ARMA

NUNO VELUDO

O novo coronavírus (COVID-19) vem relembrar-nos que as questões de saúde pública transnacionais são bem mais que simples questões de doença e saúde. São questões políticas relacionadas com a distribuição de bens públicos como a segurança e a saúde. A saúde é assim convertida numa questão securitária quando devia ser tratada com um direito humano.

Este novo vírus foi identificado pela primeira vez em humanos, no final de 2019, na cidade chinesa de Wuhan, província de Hubei. A Organização Mundial da Saúde (OMS) indica que existem 74.280 casos confirmados de coronavírus na China com 2006 mortes associadas. Fora da China, existem 924 casos confirmados em 25 países, com três mortes no total (dados a 20 de Fevereiro). Isto significa uma taxa de mortalidade geral na ordem dos 2,3%.

Devido a esta nova doença, a China é vista como um risco de saúde global. Parte da comunicação social internacional agoira o advento da "febre amarela". Voos oriundos da China são cancelados, chegando-se até à proibição da entrada de chineses em países como a Rússia. Tudo isto apesar de a OMS indicar que o encerramento de fronteiras é ineficaz para conter a epidemia. Assim que se confirmou a transmissibilidade do vírus entre humanos, as pessoas asiáticas passaram a ser olhadas como símbolos de risco.

O estigma associado à doença faz que com que uma pessoa chinesa, ou até asiática, que até nunca sequer tenha ido à China, seja vista como uma potencial ameaça à saúde. Isto não faz sentido. Ter determinados traços fenótipos não significa ter uma doença. Tudo isto tem amplificação face ao novo fulgor vigente em vários países de um nacionalismo crescente que vê no "outro" uma ameaça à

segurança. O coronavírus é assim uma questão de saúde pública transnacional que se securitizou através de uma construção política e social. Quando a resposta científica determina que a melhor opção é a cooperação, o preconceito e o nacionalismo optam pelo fechamento de fronteiras.

A própria OMS aprendeu que o próprio ato de atribuir um nome a vírus é uma decisão importante. A síndrome respiratória do Médio Oriente (MERS) é o exemplo claro disso. O nome de uma região foi atribuído a um vírus, fazendo-se assim uma conexão estigmatizante entre uma determinada população e um vírus. Desta vez a OMS evitou o erro, atribuindo o nome COVID-19 (CO= corona, VI= Virus, D=Disease e 19=Ano 2019). O simples ato de dar o nome a um vírus é político e social. Seria inconcebível, por exemplo, que a conhecida doença das vacas loucas, ou BSE, com origem no Reino Unido, pudesse ter uma denominação como o "vírus Reino Unido".

A própria desigualdade na definição da política internacional, que advém de uma desigual capacidade económica, fruto de uma processo de exploração entre o centro do Capital para com as suas periferias, deve ser a principal preocupação da Saúde Global. O ponto de referência para a intervenção tem de ser a segurança humana e não as clássicas referências do realismo de segurança nacional. A segurança humana é garantida se se eliminar as desigualdades socioeconómicas existentes por fruto do processo económico global baseado na exploração dos mais pobres.

As questões ligadas à saúde global surgem na agenda internacional sempre que uma doença infecciosa do sul global atinge ou ameace atingir o norte global. O processo capitalista de securitizar a saúde e o olhar clássico realista das relações internacionais determinam que há umas doenças mais importantes que outras, nomeadamente no que à mobilização de recursos e foco mediático diz respeito. A própria construção do risco advém desse processo. O risco é construído por peritos e responde a uma balança de poder desigual no que à definição da política internacional diz respeito. A saúde não é uma arma, é um direito humano.

Nuno Veludo trabalha em políticas autárquicas de saúde pública.

INTERNACIONAL

PORQUÊ UMA GREVE **FEMINISTA?**

ANDREIA QUARTAU

Não nos resignarmos com conceitos, ideias e propostas deterministas será sempre uma boa estratégia. Questionar, discutir e repensar serão sempre bons caminhos para avançar na construção de novas respostas ou completar as antigas.

Tentemos, então, pensar o socialismo de forma mais abrangente, para além da socialização dos meios de produção e de uma sociedade sem classes. Pensemos que o sistema capitalista não é apenas um sistema de exploração da classe trabalhadora assalariada, onde de um lado está quem detém os meios de produção e do outro quem vende a sua força de trabalho. O capitalismo assenta numa produção desenfreada, mas sustenta-se também na reprodução social, através do trabalho reprodutivo. Se o sistema explora os recursos do planeta para possibilitar a produção, explora também quem garante a existência da/o trabalhadora/a. No entanto, não devemos entender este pensamento como uma soma de camadas ou de esferas de exploração e opressões. Devemos, sim, integrá-las, procurando identificar o que escapou e tem escapado ao marxismo "tradicional", bem como à agenda e formas de organização à esquerda. São várias as pensadoras feministas que se têm encarregado desta tarefa e deveremos ser nós, enquanto esquerda, socialistas e, por isso, anticapitalistas, a concretizar e a tornar praxis política os caminhos teóricos para os quais nos têm apontado. Aliás, parafraseando Marx, os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo, mas o que importa é transformá-lo.

Antes da produção, da captura da mais-valia, da acumulação, deparamo-nos com toda uma estrutura de suporte ao sistema capitalista que, se ignorada, torna impossível a visão do socialismo como projeto de libertação social: o trabalho reprodutivo, em geral na esfera doméstica, do qual o capitalismo depende para que exista força de trabalho pronta a engrenar-se nos processos produtivos onde se dá a exploração na sua forma mais comummente referida. Se para a última temos, pelo menos, mais de 200 anos de desenvolvimento de instrumentos de luta, para a primeira, que se dá fora do sistema de produção, precisamos de criar novos instrumentos. É aqui que surge a greve social, uma nova forma de contestar a ordem social, tendo por base não apenas a esfera laboral mas também a esfera reprodutiva. A greve social não surge em alternativa à greve laboral, mas sim em simbiose com todas as lutas pela emancipação social. A Greve Feminista Internacional é uma das suas traduções práticas que surge precisamente do reconhecimento de uma relação de exploração capitalista no âmbito da reprodução social e que coloca no centro a própria forma como é garantida a vida humana, desde o nascimento, até à morte, do vestir das crianças, passando pela alimentação do/a trabalhador/a, ao cuidado para com os idosos.

Em primeiro lugar, a Greve Feminista coloca no centro do debate o reconhecimento do trabalho "invisível" e não remunerado, como é o trabalho de cuidados - a "produção de pessoas" é condição indispensável à "producão de mais valia". Colocar a vida no centro permite-nos encontrar novas frentes de conflito social que apontem para a necessidade de uma transformação estrutural e, portanto, radical da sociedade. Construímos a greve social porque sabemos que a sobrevivência, e, por regra de consequência, a destruição do capitalismo não depende apenas do conflito capital-trabalho. Além disso, a Greve Feminista Internacional permite um processo de democratização da própria greve, uma vez que que procura e precisa do envolvimento de vários setores, por vezes afastados do movimento sindical, que refletem inclusivamente sobre este, ajudando-nos a criar novas ferramentas de organização coletiva.

As contradições do sistema capitalista que resultam nas suas crises alimentam a procura incessante de alternativas por parte daqueles que sentem não caber "neste mundo". O desespero social gerado por um sistema que é só para alguns não é irracional e tem contribuído para o crescimento de movimentos de extrema-direita um pouco por todo o globo. Também por esta razão, os e as socialistas têm a responsabilidade e a urgência de reconhecer o potencial emancipatório deste velho-tornado-novo instrumento de luta social.

Andreia Quartau é ativista e uma das organizadoras da greve feminista.



CAN YOU
FEEL THE
BERN?

IZAURA SOLIPA

2020, EUA, o cenário é distópico. Talvez seja melhor, aconselham os paramédicos – que não tiram os sinais vitais porque serão obrigados a acionar a ambulância caso detectem alguma anomalia - chamar um uber, pois a ambulância vai-lhe custar mil dólares. Por cá, as reações deambulam entre o horror e a gargalhada, mas têm por base a incompreensão do fosso entre o Estado Social oriundo da social democracia a que estamos habituadas desde Abril, e o Liberalismo que caracteriza o regime estadunidense. Não só a nível de direitos sociais concedidos, mas na interligação do estado com o papel do mercado enquanto providenciador social. No modelo liberal, a assistência é escassa, carregada de estigma, e os beneficiários são predominantemente do estrato social mais baixo. O estado encoraja o mercado, quer passivamente ao garantir o mínimo dos mínimos - quer ativamente, ao subsidiar agentes privados responsáveis por áreas como a saúde, a educação, ou reformas. Este modelo resulta na contenção de direitos sociais e num dualismo de classe acentuado entre os recipientes dos benefícios sociais e uma classe média diferenciada pelo mercado.

O PRECO DO LIBERALISMO

No modelo social democrata, o papel do mercado é reduzido e o estado aposta na reforma enquanto estratégia dominante para a promoção da igualdade. Os trabalhadores necessitam de recursos sociais e económicos, saúde e educação, para efetivamente poderem participar na sociedade, o que implica um aumento

dos apoios públicos. Diferentes estratos de trabalhadores são incorporados sob um seguro universal, ainda que os benefícios estejam nivelados de acordo com o nível de riqueza de cada um. Todos beneficiam, todos são dependentes, e todos, presumidamente, se sentem obrigados a contribuir. Para funcionar, a social democracia terá de procurar o pleno emprego, maximizando a obtenção de receitas e minimizando conflitos sociais. Em profundo contraste, encontra-se a distopia do estado liberal dependente da fidelização de estratos sociais reduzidos e politicamente residuais. À população resta apenas o mercado onde as leis económicas fixaram o preço da ambulância em mil dólares.

É aqui que entra Bernie Sanders carregando a bandeira de um estado social universal. Numa sociedade assente nos mínimos, as suas propostas – das quais o próprio destaca um serviço nacional de saúde e o cancelamento da dívida estudantil – surgem como a reposição dos direitos básicos negados a uma população que cada vez mais os reivindica. A necessidade premente de um estado social democrata – e por sua vez de Bernie Sanders – torna-se facilmente compreensível, ainda que distante das nossas vivências.

No entanto, há algo que nos aproxima da vivência americana: os 40 anos de neoliberalismo que desorganizaram a classe trabalhadora e construíram um imaginário de individualidade. Com a desregularização do mercado laboral e a competição no acesso a apoios sociais, assente na narrativa da privatização, o colapso das democracias



'ocidentais' tem vindo a ser capitalizado pela extrema-direita. Nas palavras de Zygmunt Bauman, a ideologia da privatização assume a presença de um culpado em cada caso de sofrimento, que induz uma procura desenfreada por tal indivíduo. A extremadireita tem. com infeliz sucesso, apontado tal culpa aos 'intrusos' - os imigrantes, legais ou ilegais, em busca de exílio, em última instância responsáveis pela perda de condições de vida da classe trabalhadora. Aproveitando-se da lógica individualista do neoliberalismo, a existência de conflitos sociais é explicada pela inadaptação por parte dos 'intrusos', fruto da sua 'deficiência cultural'. Para alguns trabalhadores, apelos ao 'sangue e nação' surgem como a única forma viável de organização coletiva. Encontrar na imigração um bode expiatório não é sinal de patologia pessoal, mas sim de um desespero coletivo.

CONTRA A SELVAJARIA NEOLIBERAL

É a resposta ao desespero que nos une tanto a Sanders: capturou o desespero coletivo ao encontrar um culpado, não nos intrusos, mas na classe bilionária, remetendo para a luta de classes como única solução possível. O que nos une a Sanders é menos o seu programa político de garantia de direitos aos cidadãos americanos, direitos que nos parecem básicos, e mais a estrondosa mobilização de trabalhadores, despidos de direitos e liberdades, de que foi capaz. Em particular numa América que limita a participação da classe trabalhadora, Sanders usou a atividade eleitoral e a necessidade de instituições representativas para conceber um caminho de 'revolução política'. Para tal, precisa de criar uma base social de trabalhadores que se sintam parte de uma classe com profundo interesse na revolução. Reconstruir a classe trabalhadora como sujeito político e criar um ambiente favorável para que se possa organizar dentro e fora da arena eleitoral tem sido um evidente marco da sua campanha. Bernie introduz não só o socialismo e a revolução no debate, como deixou clara a escolha de classe do seu movimento. Ao fazê-lo, contribui ainda para diluir a 'guerra da cultura', substituindo-a por uma entre democracia de classe e oligarquia.

Candidato anti-sistema, mobiliza tanto os descrentes que encontram respostas em Trump, como os grupos oprimidos, alvo de crescentes discriminações. A narrativa anti-sistema e a luta de classes como ponto central são evidenciados quando o próprio define não só um coletivo - It is not me, it is us – mas um inimigo comum– It is not us, it is them. Depois das retóricas ascendentes de prosperidade vs a realidade esmagadora de Obama, a mobilização de um coletivo com consciência de classe parece ser possível com Sanders. Não porque promete programas sociais e universais, mas porque os ancora no desmantelamento da classe bilionária. Mas não sem contradições.

Uma reforma do estado social, embora focada na politização dos trabalhadores, beneficia a vida das comunidades mas tornar-se-á inócua a longo prazo. Como sugerido por Brenner, ao providenciar os direitos básicos que permitem a participação em sociedade, a classe trabalhadora aceita estes incrementos de bem-estar mas afastase da revolta popular capaz de desafiar o status quo. Esta linha de pensamento incorpora um marxismo contemporâneo, onde, por definição, reformas sociais nunca poderão resultar em emancipação. Uma teoria largamente apoiada pelo papel marginal que a mobilização laboral tem ocupado nos vários regimes sociais democratas, que reflete mais a influência do conservadorismo no conceito de Estado do que uma implementação incipiente de políticas sociais.

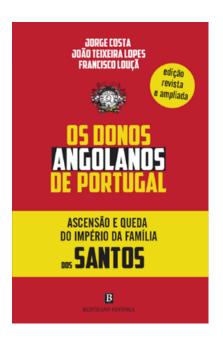
OLIMITE DE BERNIE SANDERS

Agui reside a limitação da política de Sanders: a implementação de reformas sociais enquanto principal agitador do sindicalismo americano. Uma ideia a-histórica que por si só culminará na mimetização de uma sociedade 'ocidental' de modelo social democrata. A nuance, que apesar do legado de Brenner, nos permite acreditar em Sanders como ponto de viragem na esquerda global, é que o próprio atesta esta limitação. Sanders sabe que a reconstituição da classe trabalhadora enquanto sujeito político capaz de mobilização é crucial, e que a emancipação só chegará quando a 'revolução política' for substituída por uma popular que lhe retire os privilégios. É este reconhecimento, inclusive o da sua futura dispensabilidade, que nos faz acreditar num senador que não aceita a consciência como ela é, e que investe na criação de uma identidade coletiva composta por diferentes opressões e pelas suas interligações. Porque, para Sanders, a opressão que uma mulher negra sofre não é a soma da opressão racial e de género, mas um imaginário único de violência fruto da interação entre tais opressões.

E é também o reconhecimento desta interseccionalidade, não enquanto bandeira vazia da política identitária, mas enraizada na luta de classes, que tem permitido a crescente solidariedade entre trabalhadores. comunidades imigrantes, coletivos discriminados pela raça, género, orientação sexual, que se organizam em torno de um objetivo em comum: destronar a classe responsável pelas suas múltiplas opressões - a capitalista.

Izaura Solipa é estudante de doutoramento em Amherst, Massachussets.





OS DONOS ANGOLANOS DE PORTUGAL

Jorge Costa João Teixeira Lopes e Francisco Louçã Bertrand Editora (edição ampliada e revista)

Este livro, nascido de uma vasta investigação sobre a formação da burguesia portuguesa, conhece agora uma reedição urgente e pertinente, após a fuga de informação relacionada com o império de Isabel dos Santos. Nele, os autores adentram-se nas ligações entre o poder económico e o político, analisando as formas como as elites cooptaram o que lhes permitiu criar uma hegemonia. A ligação entre o capital angolano merece particular destaque por ser a mais acentuada no que concerne à acumulação de capital e à organização do poder social.

O Luanda Leaks veio reafirmar e explicitar o que não era novidade para ninguém, tendo-se baseado no trabalho de um grupo de jornalistas de investigação de 34 órgãos de investigação, que analisaram 356 gigabyte de dados sobre os documentos alusivos aos negócios de Isabel dos Santos entre 1980 e 2018. O livro de Jorge Costa, João Teixeira Lopes e Francisco Louçã, contudo, mantém a actualidade, já que proporciona um mapa interpretativo das redes de relações criadas, encarando ainda a sua influência e mostrando, assim, com que alianças Isabel dos Santos pôde construir o império que construiu em Portugal. Ao longos dos capítulos, poderá ver-se que o centro da economia portuguesa se tornou parceiro de negócios da filha do presidente de Angola, cuja riqueza vinha da espoliação do povo angolano.

ACONTECE

CONFERÊNCIAS DE HOMENAGEM AO PROFESSOR JORGE LEITE Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa 5 de março, 14h30

Alterações à legislação laboral:

14:30 > ABERTURA - José Manuel Pureza, Vice-Presidente da Assembleia da República;

14:45 > AS ALTERAÇÕES AO CÓDIGO DO TRABALHO - António Monteiro Fernandes, NOVA Direito;

15:30 > AS ALTERAÇÕES AO CÓDIGO DE PROCESSO DO TRABALHO – José Eduardo Sapateiro, Juiz Desembargador da Relação de Lisboa;

16:30 > DEBATE - Moderação: Paula Forjaz, Advogada e Presidente da JUTRA;

17:00 > ENCERRAMENTO - José João Abrantes, NOVA Direito.



GREVE FEMINISTA INTERNACIONAL 8 de Março, Manifestação

LISBOA FARO

Jardim Manuel Bívar Largo de Camões 15h

ÉVORA **PORTO**

Praça dos Poveiros Praça do Giraldo 15h 15h

COIMBRA VILA REAL

Largo do Pelourinho Praça da República

17h30

BRAGA PONTA DELGADA Avenida Central Portas do Mar

15h 16h

CONVERSAS #NUNCAMAIS: AS FEMINISTAS ODEIAM OS HOMENS? Com Calma - Espaço Cultural (Lisboa) 17 de Março, 21h30

Convidada: Carmo Gê Pereira (ativista feminista e LGBTQIA+, educadora sexual para adultos) Moderação: Joana Amaral Grilo (Com Calma - Espaço Cultural). Organização: Academia Cidadã.

CONTACTOS

email redeanticapitalista@gmail.com facebook.com/redeanticapitalista web www.redeanticapitalista.net